

Inclusão e Educação 4

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-032-2

DOI 10.22533/at.ed.322191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu volume IV, apresenta em 24 capítulos, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual, mental da Educação Inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, nos estudos e pesquisas sobre as dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais de conduta na sala de aula, no atendimento educacional especializado e na subjetividade do professor e do estudante na relação com as dificuldades de aprendizagem escolar. Esses são alguns dos desafios à inclusão que visam o aumento benéfico, produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume IV é dedicado ao público de pessoas que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Instituições de Ensino ao atendimento educacional especializado.

Este volume, apresenta artigos que abordam as experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica às séries mais avançadas como a metodologia do ensino da matemática III como espaço de discutir educação matemática inclusiva, também, artigos que traçam a Educação e ensino na sociedade da informação e da comunicação, as contradições no discurso de inclusão e exclusão vigentes na sociedade brasileira e alguns artigos que apresentam didáticas para a confecção de brinquedos pedagógicos.

Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucesso mesmo com os desafios encontrados, a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições do discurso, didática e ensino à quem ensina, aos alunos especiais na transação da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA III COMO ESPAÇO DE DISCUTIR EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>José Jefferson da Silva</i> <i>Tânia Maria Goretti Donato Bazante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915011	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Ana Carolina Brandão Verissimo</i> <i>Andréia Mendes dos Santos</i> <i>Fábio Soares da Costa</i> <i>Renata Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915012	
CAPÍTULO 3	23
A INCLUSÃO NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamim</i> <i>José Rogério Silva da Costa</i> <i>José Jefferson Gomes Eufrásio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915013	
CAPÍTULO 4	34
CAMINHOS PARA INCLUSÃO: SABERES, EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915014	
CAPÍTULO 5	45
A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR E DO ESTUDANTE NA RELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR: DESAFIOS À INCLUSÃO	
<i>Telma Silva Santana Lopes</i> <i>Maristela Rossato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915015	
CAPÍTULO 6	57
AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Giuza Ferreira da Costa Victório</i> <i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i> <i>Francimar Batista Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915016	
CAPÍTULO 7	65
CONFEÇÃO DE BRINQUEDO PEDAGÓGICO COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE CABEDELO	
<i>Juçara dos Santos Ferreira Dias</i> <i>Adriana Travassos Duarte Jácome</i> <i>Rachel de Oliveira Queiroz Silva</i>	

Mellyne Palmeira Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.3221915017

CAPÍTULO 8 77

EDUCAÇÃO E ENSINO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Izabel Cristina Barbosa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3221915018

CAPÍTULO 9 86

NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO POSSÍVEL PARA A PRÁTICA DOCENTE

Leandra da Silva Santos

Edivânia Paula Gomes de Freitas

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.3221915019

CAPÍTULO 10 95

LER, JOGAR E ESCREVER: SINALIZANDO ESTRATÉGIAS PARA ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro

Celeste Azulay Kelman

Maria Vitória Campos Mamede Maia

DOI 10.22533/at.ed.32219150110

CAPÍTULO 11 106

O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA?

Paulo Roberto Brancatti

Renata Portela Rinaldi

DOI 10.22533/at.ed.32219150111

CAPÍTULO 12 117

O TRABALHO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): CAMINHANDO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Daniela Santos Alves de Lima

Viviane França Lins

Rafaella Asfora Lima

DOI 10.22533/at.ed.32219150112

CAPÍTULO 13 125

OS ENTRAVES DA INCLUSÃO: LEITURA E PRODUÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

Lídia Maria da Silva Santos

Pâmela dos Santos Rocha

Shirley de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150113

CAPÍTULO 14 134

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO A INCLUSÃO DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS, NUMA MESMA SALA DE AULA NO ENSINO DA EJA

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas

Maria José Guerra

DOI 10.22533/at.ed.32219150114

CAPÍTULO 15	145
REFLETINDO ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA A PARTIR DAS FALAS DOS PRÓPRIOS ESTUDANTES	
<i>Tereza Cristina Bastos Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150115	
CAPÍTULO 16	156
A INCLUSÃO DE DIFERENTES GRUPOS MEDIADA PELO ESPORTE NO PROGRAMA LABORATÓRIO PEDAGÓGICO DE SAÚDE, ESPORTE E LAZER DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARÁIBA	
<i>Ana Vitória Guerra Nunes</i>	
<i>Anny Sionara Moura Lima Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150116	
CAPÍTULO 17	164
ZONA RURAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PROTAGONIZANDO A INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Edileuza Francisca da Silva Mesquita</i>	
<i>Acleylton Costa</i>	
<i>Arségila Sandra Ferreira das Neves</i>	
<i>René Armando Flores Castillo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150117	
CAPÍTULO 18	172
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E OS PROBLEMAS EMOCIONAIS E DE CONDUTA NA SALA DE AULA	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150118	
CAPÍTULO 19	184
O GATO QUE GOSTAVA DE CENOURA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NO COMBATE AO PRECONCEITO	
<i>Francisco Leandro de Assis Neto</i>	
<i>Gracielle Malheiro dos Santos</i>	
<i>Cleyton César Souto Silva</i>	
<i>Leonídia Aparecida Pereira da Silva</i>	
<i>Liliane Lima de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150119	
CAPÍTULO 20	193
SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Ana Paula Lima Carneiro</i>	
<i>Ananeri Vieira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150120	
CAPÍTULO 21	206
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: AS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO AO AEE DAS ESCOLAS RURAIS DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Francisca Adma de Oliveira Martins</i>	
<i>Deolinda Maria Soares de Carvalho</i>	
<i>Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto</i>	
<i>Nayra Suelen de Oliveira Martins</i>	

DOI 10.22533/at.ed.32219150121

CAPÍTULO 22 216

CULTURA LETRADA E TDICS: ANÁLISES NA GENERALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Edgard Leitão de Albuquerque Neto

DOI 10.22533/at.ed.32219150122

CAPÍTULO 23 224

PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DE DISCENTES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Thelma Helena Costa Chahini

Sadao Omote

DOI 10.22533/at.ed.32219150123

CAPÍTULO 24 236

A CARTA ABERTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL: RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO ESCRITA NA EJA

Lidiane Moreira Silva de Brito

Laurênia Souto Sales

Marluce Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150124

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 247

OS ENTRAVES DA INCLUSÃO: LEITURA E PRODUÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

Lídia Maria da Silva Santos

Universidade Federal de Alagoas – UFAL,
Maceió-AL

Pâmela dos Santos Rocha

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de
Alagoas, Maceió-AL

Shirley de Souza Silva

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de
Alagoas, Maceió-AL

RESUMO: O discurso da educação para todos já está instituído e institucionalizado em todas as esferas da educação. No entanto, no contexto escolar essas conquistas ainda caminham a passos lentos. Neste trabalho, temos o objetivo de refletir sobre uma experiência de inclusão de alunos surdos. Nossos objetivos específicos são relatar o primeiro contato de uma professora de Língua Portuguesa com uma turma de 8º ano do ensino fundamental inclusiva (composta por alunos surdos e ouvintes) e apresentar um relato do primeiro projeto desenvolvido por ela nesta turma, em escola da rede estadual de Maceió-AL. Consideramos que o ensino regular, independentemente da participação de alunos com necessidades especiais, deve garantir uma educação embasada nas práticas de linguagem, ou seja, no uso efetivo da Língua, seja a Língua Portuguesa, seja a Língua de Sinais. Para isso, é fundamental que o professor tenha acesso

a ferramentas e metodologias para que possa desenvolver um trabalho significativo em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa, ensino fundamental, surdez, educação especial e inclusiva.

INTRODUÇÃO

O discurso da educação para todos já está instituído e institucionalizado em todas as esferas da educação. No entanto, até a década de 1950 não se ouvia falar em Educação Especial no Brasil. De acordo com Januzzi (2004), foi nos anos 1970 que houve um aumento na valorização da produtividade do deficiente, diretamente ligada ao desempenho do trabalho desenvolvido. Mesmo ingressando no mercado de trabalho, as reformas na área da educação especial sempre se davam de modo a educar o aluno especial dentro de padrões “normais”, o que não favorecia o desenvolvimento desses alunos.

A Constituição Federal de 1988, em sua primeira redação, já assegura a educação como um direito social em seu artigo 6º. Além disso, há ainda na Constituição um capítulo dedicado à educação, cultura e desporto. Neste capítulo, a Carta Magna garante a educação como “direito

de todos e dever do Estado e da família (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todavia, foi na década de 1990 que aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação Especial, que deu origem à Declaração de Salamanca, considerada mundialmente como um dos principais documentos sobre a inclusão social, visto que apresenta princípios, políticas e práticas fundamentais para o trabalho com pessoas que possuem necessidades educativas especiais.

Mesmo diante de tantos documentos legais que legitimam a Educação Especial e Inclusiva, observamos no dia a dia escolar que essa conquista ainda engatinha. A relação entre as necessidades da pessoa especial e o currículo ofertado pelas instituições de ensino costuma se incoerente. Dada a multiplicidade das necessidades educacionais existentes, o presente artigo terá como enfoque a surdez.

Durante muito tempo a surdez foi vista apenas como uma patologia, na qual o surdo era uma pessoa anormal diante do ouvinte normal e devido a isso, as necessidades da pessoa surda eram negadas, desvalorizadas ou, até mesmo, escondidas por ela mesma e pela família. Tinha-se, portanto a necessidade da busca de uma cura para a surdez, visando a amenizar os efeitos da incapacidade causada pela deficiência auditiva. Para isso, era fundamental o uso de aparelhos amplificadores e de recursos tecnológicos para a aquisição da fala. Ou seja, era enfatizado o uso da fala e o da leitura labial e evitado, ou até mesmo proibido, o uso de sinais e outras formas de comunicação julgadas inferiores.

Atualmente, a surdez é vista como uma diferença linguística entre surdos e ouvintes. A Lei n. 10.436, de 24 abril de 2002 reconhece legalmente a Língua de Sinais Brasileira (doravante Libras), sendo ela “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”. Assim, a Libras foi garantida como a língua natural do surdo, pela lei de mesmo número, em seu artigo 4º.

Apesar dessa e de outras garantias de direitos legalmente instituídos da pessoa surda, na prática, deparamo-nos com diversos entraves. Neste trabalho, temos o objetivo de refletirmos sobre uma experiência de inclusão de alunos surdos. Nossos objetivos específicos são relatar o primeiro contato de uma professora de Língua Portuguesa com uma turma de 8º ano do ensino fundamental inclusiva (composta por alunos surdos e ouvintes) e apresentar um relato do primeiro projeto desenvolvido por ela nesta turma, em escola da rede estadual de Maceió-AL.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino de Língua Portuguesa se dá, em sala de aula, sobre pilares que denominamos concepções de linguagem. É a partir da escolha de uma dessas

concepções que todas as outras escolhas são feitas: como discutir texto, como se relacionar com os alunos, como avaliar, como ler, como planejar entre as outras ações do professor. Diante disso, é necessário que apresentemos as três concepções de linguagem de acordo com Geraldi (1984).

A primeira concepção de linguagem (e também a mais popular) – *linguagem como expressão do pensamento* – defende que a expressão é produzida no interior da mente e é exteriorizada por meio da linguagem. Segundo Geraldi (1984), essa concepção nos conduz à conclusão de que pessoas que não conseguem se expressar bem não sabem pensar.

A segunda concepção apresentada por Geraldi (1984) é a que concebe a *linguagem como instrumento de comunicação*. Aqui, a linguagem é vista como um “código capaz de transmitir ao receptor uma mensagem” (GERALDI, 1984).

Por fim, a terceira concepção, que concebe a *linguagem como meio de interação*, visa a estabelecer mais do que a comunicação unilateral apresentada pela corrente anterior, mas tem como objetivo o fenômeno da interação verbal (BAKHTIN, 1996), o qual se caracteriza pela troca de papéis realizada pelos interlocutores ao longo da comunicação. De acordo com Bakhtin (1996, p. 113), “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, ou seja, é por meio da linguagem que se estabelece as relações sociais. É esta concepção adotada neste trabalho.

Segundo Bakhtin (2003, p. 261), a língua é efetivada por meio de enunciados, e cada esfera de uso da língua produz “*tipos relativamente estáveis de enunciados*”, denominados como *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003, p. 262). Os gêneros são produzidos de acordo com as condições de produção, ou seja, são determinados pelas condições socioculturais e históricas nas quais eles surgem, pela finalidade que eles objetivam e pelas especificidades do campo comunicativo do qual eles fazem parte. Sendo assim, são elaborados para estabilizar os enunciados e promover interações entre os interlocutores, materializando, desse modo, as práticas sociais.

Pelo fato de os gêneros do discurso serem usados não somente para comunicar e promover interação entre sujeitos, mas também para efetivar práticas sociais, eles passaram a ser parte fundamental do ensino de Língua Portuguesa nos currículos escolares. Um exemplo dessa inserção é a discussão apresentada nos PCNs² (1997), que trazem uma abordagem na qual se relaciona “linguagem e participação social”, posto que esse documento defende a formação do aluno enquanto sujeito atuante na sociedade em que vive. Segundo esses Parâmetros,

O domínio da linguagem tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. [...]. Considerando os diferentes níveis de conhecimento prévio [do aluno], cabe à escola promover a sua ampliação de

1 Grifo do autor.

2 PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

forma que, progressivamente, durante os oito anos³ do ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações. (BRASIL, 1997, p. 23)

O trabalho com gêneros na escola é o foco de discussão de Schneuwly e Dolz (2010). Esses autores abordam desde a justificativa para se trabalhar com os gêneros até propostas de sequências didáticas para ser trabalhadas em sala de aula. Para eles, há uma falta de correspondência entre as propostas de trabalho com os gêneros em sala de aula e como, de fato, eles são trabalhados nas escolas.

Os autores (SCHNEUWLY E DOLZ, 2010, p.68) ressaltam a importância de se considerar dois pontos de grande relevância no trabalho com os gêneros quando se objetiva o uso adequado e a apropriação dos mais diferentes usos da linguagem por parte dos alunos. Em primeiro lugar, é necessário haver uma definição precisa dos objetivos de aprendizagem a ser atendidos por meio do trabalho com o gênero escolhido; e em seguida, eles ressaltam a necessidade de criação de situações comunicativas que se aproximem ao máximo de situações reais, mas sem descartar que os objetivos vão além dos objetivos pretendidos por determinado gênero, visto que também se relacionam com os objetivos ligados ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno nas práticas de uso da linguagem.

Nessa quarta abordagem, os gêneros passam a ser vistos em uma perspectiva de letramento, ou seja, tornam-se meios que possibilitam aos alunos uma participação ativa em diversas situações comunicativas da sociedade na qual eles vivem. O gênero motivador do projeto relatado neste trabalho foi a lenda, concebido como histórias que, inicialmente, eram contadas oralmente sobre costumes, fatos históricos e que refletem cultura de um povo.

METODOLOGIA

Durante muito tempo os fenômenos das ciências humanas e sociais foram estudados quantitativamente, como era feito com nas ciências exatas, inclusive os estudos da área de educação faziam uso desses métodos, objetivando encontrar variáveis básicas que os levassem a conhecer a totalidade dos fenômenos (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 3). A partir da década de 1970, segundo essas autoras, os pesquisadores de educação passaram a fazer usos das técnicas da abordagem etnográfica que, anteriormente, eram utilizadas por antropólogos e sociólogos.

3 Considerando a data de produção dos PCNs, observou-se que eles ainda não concebem o Ensino Fundamental (EF) com a duração de 9 anos, no qual alunos com 6 anos poderão ser matriculados no 1º ano do EF, de acordo com o artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Mais detalhes podem ser vistos na publicação do MEC com o título “Ensino fundamental de nove anos: Passo a passo do processo de implementação”, disponível no endereço <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo-versao_atual_16_setembro.pdf>

Dentro dessa abordagem, Neves (2006, p. 1) estabelece uma interlocução entre a pesquisa etnográfica e a pesquisa-ação e considera esta última como “um passo-a-mais” em relação à primeira. Segundo a autora, por meio da pesquisa etnográfica, busca-se o próprio objeto de estudo e as opções metodológicas para tratá-lo. Já a pesquisa-ação “surge da necessidade de planejar intervenções transformadoras no campo das relações de grupo”.

A relação entre essas duas metodologias de pesquisa vão ao encontro das reflexões de Kleiman (1998, p. 60), quando afirma que “os enfoques etnográficos convencionais aspiram a construir uma “descrição teórica” dos fatos”, o que faz com que a pesquisa em LA caracterize-se como pesquisa de “cunho etnográfico”, visto que essa área faz uso da descrição teórica detalhada e a utiliza como meio de coleta. A partir dessa abordagem, a LA amplia sua contribuição para os sujeitos participantes da pesquisa e, por meio de seu engajamento político-social, objetiva problematizar ou criar inteligibilidades acerca dos problemas presentes na realidade descrita (MOITA LOPES, 2006).

Nosso relato de experiência será feito em duas partes: na primeira, relataremos o primeiro contato da professora em questão com uma turma inclusiva composta por alunos surdos e ouvintes. E em seguida, apresentaremos um projeto didático desenvolvido pela docente com a turma em questão.

O PRIMEIRO CONTATO COM UMA TURMA INCLUSIVA

A professora de Língua Portuguesa em questão tem formação em Letras/Português pela Universidade Federal de Alagoas. Logo após concluir a graduação, assumiu o cargo de professora de Língua Portuguesa da rede estadual de Alagoas. Já atuava como Professora em regime celetista em outra escola da mesma rede, e logo após a nomeação no regime estatutário, pediu a devolução da escola em que atuava como celetista e foi lotada em outra escola.

Ao chegar à nova escola, deparou-se com algo novo: duas das turmas em que atuaria possuíam, aproximadamente dez alunos surdos, falantes da Libras. Nas duas turmas havia a presença do profissional intérprete, no entanto, teórico e metodologicamente, a professora não estava apta a lidar com aquele público. Ainda que consciente de que havia diferenças linguísticas entre os dois grupos em sala, a docente não sabia como planejar as aulas de uma maneira inclusiva.

É assim que acontece a educação inclusiva: o professor é contratado para ensinar, independentemente de ter ou não formação para atuar com alunos. Não são ofertados cursos e formações que preencham essas lacunas. Outro agravante é a grande rotatividade de professores celetistas nas escolas, que acaba por não permitir que estes se integrem à realidade do seu ambiente de trabalho.

Não havia outro meio de interagir com os alunos de outra forma senão por meio

da língua. Fossem eles surdos ou ouvintes. Diante da situação, não houve alternativa senão aprender a Língua Brasileira de Sinais, visto que, conforme é dito por Freire (1967), “é fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo”. Estar *com* o mundo é interagir com o outro de forma significativa. Essa busca deve ser constante em sala de aula.

A escola em que a docente atuava e atua oferta, regularmente, o curso de Libras. Ela realizou a matrícula no nível Básico I e começou a estudar. As matérias que vistas durante o curso eram exercitadas com os alunos surdos em sala de aula. Em vários momentos, os papéis de alunos e professora se inverteram. Além disso, devido ao interesse da docente em aprender Libras, muitos alunos insistiam para que ela explicasse as atividades e as discussões das aulas em Libras, sem a intervenção do intérprete. Apesar da turbulência, esses momentos foram e são fundamentais para que a fluência na língua esteja cada vez mais próxima.

No semestre seguinte, a professora realizou a matrícula no nível Básico II em um centro especializado em educação de surdos, na mesma cidade; iniciou a especialização em Educação Especial e Inclusiva; e, no ano seguinte, iniciou uma formação em Educação e Surdez, dessa vez, ofertada pelo Estado exclusivamente para profissionais de educação. Este último curso deveria ser ofertado regularmente e deveria ser pressuposto básico para o trabalho do professor com alunos surdos. Foi após quase finalizada essa trajetória, que pudemos compreender um pouco mais o dilema vivenciado pelos alunos surdos e nos colocamos no outro lado da situação, visto que mesmo após tantos estudos, a docente revela que ainda existe a dificuldade no uso da Libras e na adaptação/planejamento das aulas, mesmo depois dessa convivência constante com a Libras, cursos e com alunos surdos.

UMA EXPERIÊNCIA COM SURDOS E OUVINTES

Alguns meses após chegar a escola e com um contato inicial com a Língua de Sinais, a docente apresentada no tópico anterior desenvolveu o Projeto Folclore em uma turma de 8º ano da escola em que atuava. O ano letivo havia começado no início do segundo semestre. Havia uma indisposição generalizada nas turmas devido a esse atraso, principalmente a turma em questão, visto que era composta por alunos fora de faixa etária, já desmotivados pelo histórico de fracasso escolar.

Era uma turma composta por vinte alunos, sendo oito surdos. Grande parte destes detestava a disciplina de Língua Portuguesa, pois não viam serventia na disciplina, já que a língua natural deles era a Libras. A narração era um dos tipos textuais a serem abordados naquela série, inclusive os gêneros diário, memórias literárias e contos já tinham sido abordados nas aulas, com boa adesão da turma às propostas.

Em uma das aulas, alguns alunos lembraram que o dia do folclore estava

próximo e a escola não havia se mobilizado para realizar alguma comemoração. A professora sugeriu que fosse realizado um projeto sobre o folclore na disciplina, mas houve uma rejeição generalizada. Ainda assim, a docente elaborou um projeto com os seguintes objetivos:

- Propor uma discussão sobre o que é folclore;
- Refletir sobre a importância das manifestações culturais na constituição da identidade de um povo;
- Conhecer o gênero lenda por meio de aulas de leitura;
- Discutir sobre as características do texto narrativo a partir das lendas brasileiras;
- Propor outras formas de contar as lendas lidas durante as aulas

No primeiro momento do projeto, o tema do projeto foi apresentado à turma, e a partir disso, foi feita uma breve discussão em sala de aula. Em seguida, os alunos assistiram em sala de aula a um documentário sobre folclore. O diferencial desse documentário era o fato de ter como língua principal a Libras e a secundária a Língua Portuguesa. Os alunos surdos ficaram muito animados e curiosos quando o documentário começou, sentiram-se valorizados e, em consequência disso, foram bem participativos e se permitiram envolver com a aula. Os ouvintes, por sua vez, acharam o documentário interessante e não tiveram problemas para compreendê-lo, pois o áudio e a legenda estavam em Língua Portuguesa .

Após a exibição do documentário, foi feita uma roda de conversa com a turma sobre os pontos abordados no vídeo. Os alunos mencionaram a origem da palavra folclore, alguns folguedos, danças e lendas. Todos tinham algo para contar, fosse relacionado ao vídeo, fosse relacionado ao conhecimento empírico deles. Neste momento, foi possível um aprofundamento maior sobre a importância dessas manifestações na constituição da identidade do povo brasileiro e, mais especificamente, o alagoano.

No segundo momento a aula aconteceu na sala de leitura da escola para que acontecesse a contação de lendas do folclore brasileiro. A professora tinha selecionado uma coleção com vários livros que tratavam dessas lendas e juntamente com os alunos, escolheu as leituras daquele dia. Após a leitura, foi iniciada uma discussão sobre o que eles compreenderam do texto, se já tinham ouvido aquela história antes e se queriam acrescentar alguma informação. Em seguida, discutiram os elementos estruturais próprios do gênero lenda, suas condições de produção e as características na narração presentes na quele gênero. A participação de surdos e ouvintes foi bem equilibrada, não havia predominância nem de um público nem do outro. Esse momento de leitura aconteceu em dois outros momentos de aula, para que os alunos conhecessem o máximo possível de lendas. No total, foram lidas 6 lendas do folclore brasileiro.

Após a contação das lendas, numa conversa com os alunos, a professora sugeriu a recontagem dessas histórias, mas por meio de outros gêneros ou de outras formas de comunicação. Foram sugeridas algumas opções: história em quadrinhos (HQs),

apresentação teatral, dança, poema, vídeo ou um resumo. Era possível ainda que os alunos sugerissem uma outra forma de realizar a atividade, contanto que houvesse um aviso prévio. Os gêneros escolhidos foram história em quadrinhos(HQs), poema, resumo e apresentação teatral.

As duas apresentações mais aplaudidas e elogiadas por toda a turma foram a que apresentava a lenda da Cuca em forma de Hqs, apresentada por um grupo de ouvintes; e a lenda do Saci Pererê, em forma de apresentação teatral. No entanto, a que mais cativou a todos e que atraiu alunos de outras turmas para prestigiar foi a apresentação dos alunos surdos. Eles prepararam figurino e cenário e fizeram parceria com a intérprete da turma, para que ela fizesse a voz das personagens durante a apresentação. Além das personagens, havia ainda a presença de um narrador (aluno surdo), que contava a história em Libras para a plateia. Vários ouvintes demonstraram interesse em aprender alguns sinais utilizados pelos alunos que estavam atuando, isso possibilitou a interação entre surdos durante e depois da apresentação.

Ao final das apresentações, os alunos disseram suas impressões sobre o projeto realizado e a alegria em participar de uma atividade tão diferente. Disseram ainda que naqueles momentos eles aprenderam e que gostariam muito de atividades como aquelas acontecessem mais vezes.

CONCLUSÃO

“Só se vê bem com o coração”⁴. E neste caso, quando falamos em coração, falamos da necessidade de nos permitirmos entender as necessidades do outro e as nossas necessidades também. Sala de aula é lugar de entaves, mas é também lugar de descobertas e de crescimento tanto para o aluno, quanto para o professor. Segundo Bakhtin/Volochínov (1999, p.113)

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor .

Nós, educadores, vivenciamos diariamente os desafios próprios do ambiente escolar. É fundamental que tenhamos consciência do seu papel político e do lugar que ocupamos nesse espaço e na vida dos alunos com os quais convivemos. É importante ainda que nos reconheçamos incompletos, mas que ainda assim, enxerguemo-nos como agentes da mudança, aqueles que consideram os alunos como sujeitos com todas as histórias que os constitui e agem para além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org). *Por um lingüística aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. São Paulo SP, Círculo do Livro, 1989.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2016.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-032-2

